

**Faltavam ele/as: narrativas de familiares de desaparecido(a)s
políticos do Araguaia no pós-Anistia**

*Missing them: stories of relatives of missing persons
politicians in the Araguaia in the post-Amnesty*

Deusa Maria de Sousa
Doutoranda, PPGH-UFSC
Bolsista IFP
deusams@hotmail.com

Resumo: Esta comunicação pretende discutir, através da metodologia da história oral, narrativas acerca dos múltiplos sentimentos conflituosos que acometeram os familiares de desaparecidos políticos do Araguaia antes e após o período pós-Anistia, utilizaremos depoimentos do acervo privado de Ermelinda Mazzaferro Bronca, mãe do desaparecido político gaúcho José Huberto Bronca, trocada com outras mães de desaparecidos, além de autoridades/entidades civis brasileiras e internacionais, na incessante busca por notícias que as levassem ao paradeiro dos filhos ou, pelo menos, aos corpos dos mesmos.

Palavras-chave: familiares de desaparecidos do Araguaia, Anistia, memória.

Abstract: This communication discusses using the methodology of oral history, stories about multiple conflicting feelings suffered by the relatives of missing political of Araguaia before and after the post-amnesty, we will use statements from the private collection of Ermelinda Mazzaferro Bronca, mother of the missing political Jose Huberto Bronca, exchanged with other mothers of the disappeared, and civil Brazilian and international authorities / entities, in the incessant search for stories that would lead to the whereabouts of children or at least the bodies of the same.

Keywords: relatives of missing persons do Araguaia, Amnesty, memory.

A minissérie global *Queridos Amigos*¹, apresentada durante o mês de março de 2008, abordou em seu enredo temas relativos à vida pessoal dos protagonistas, e o que serviu de pano de fundo para o desenrolar da trama foram a ditadura militar brasileira, a Lei de Anistia e os reflexos de tais acontecimentos na vida privada dos principais personagens. À medida que se desenvolveu a trama, ficou perceptível o quanto as restrições impostas pelo regime militar se configuraram em prejuízo na vida dos “queridos amigos”. De fato, um dos maiores dilemas, entre os muitos males que a ditadura militar deixou de legado para a sociedade, reside na dificuldade das sociedades acometidas por esse tipo de experiência de fazerem um

¹Novela de Maria Adelaide Amaral. <http://queridosamigos.globo.com/Series/Queridosamigos/Creditos/0,,NLP0-10302,00.html> acessado dia 7/03/08.

acerto de contas com seu passado recente.

Desde o primeiro episódio do seriado, o que prendeu minha atenção foi a forma como o diretor apresentou a personagem Bia², que padeceu dos males da alma e também do corpo: uma personagem cheia de lembranças dolorosas (memórias traumáticas produzidas pela figura de seu torturador), uma mulher meio lunática, uma “coitada” que não conseguiu se esquecer do que houve e levar sua vida privada e pública adiante; uma mulher triste, sombria e sem perspectiva, que vive às custas da mãe que lhe cobra uma atitude para denunciar seu algoz (Nelson Diniz) e acertar, enfim, suas contas com o passado. Como se isso tudo fosse pouco, essa personagem feminina é, entre as demais personagens, a única que não conseguiu reconstruir, bem ou mal, a vida a partir de suas tristes memórias marcadas pelo regime ditatorial.

Ao fazer, logo na introdução, a discussão sobre uma personagem de uma minissérie global, que poderia tanto ser uma história real, para adentrar ao objeto proposto neste artigo, busquei atentar para uma série de questões ainda não resolvidas que acometem a sociedade brasileira e que têm servido, de quando em vez, como pano de fundo para as produções cinematográfica e televisiva nacional. Trouxe ainda o caso dessa personagem para adentrar ao mundo privado e feminino de muitas das pessoas que foram atingidas duramente pelos crimes cometidos pelo regime ditatorial brasileiro. Neste caso, das mães e familiares de desaparecidos políticos.

Mães do Araguaia: o episódio

A Guerrilha do Araguaia (1972-1974), de concepção maoísta, orientada e dirigida pelo PCdoB (Partido Comunista do Brasil), foi a última experiência de luta armada no Brasil na tentativa de derrubar o regime militar então vigente no país. Embora muitos dos guerrilheiros envolvidos tenham levado seus cônjuges e, em alguns casos, alguns parentes para lutar na região inóspita onde ocorreu o conflito, para a maioria das famílias dos

² Bia (Denise Fraga) filha de Iraci, (Fernanda Montenegro) “Dos amigos, Bia talvez seja a mais sensível de todos. Refugia-se no estudo da astrologia e do budismo para aprender a conviver com a dor e os traumas irreparáveis dos 21 dias em que foi violentada no DOI-CODI, órgão responsável pelas operações de defesa do regime ditatorial. Bia foi presa em maio de 1974 quando saía da Escola de Arte Dramática e sequer tinha grande envolvimento com a luta contra a ditadura militar. Era, sim, favorável aos ideais de liberdade, paz e democracia pelos quais se lutava, mas claramente não tinha nenhuma informação que interessasse ao seu carrasco. Foi na prisão que Bia percebeu que tinha um corpo e que, naquelas circunstâncias, ele era seu maior inimigo”. In: <http://queridosamigos.globo.com/Series/Queridosamigos/Creditos/0,NLP0-10302,00.html> acessado dia 7/03/08.

desaparecidos, o intento do Araguaia foi, desde o princípio, um grande segredo. Isso explica, em grande medida, a dificuldade que os familiares – que não tinham qualquer envolvimento político-partidário - tiveram para saber o que de fato ocorrera a seus entes queridos. Houve, porém, alguns indícios que permitiram com que essas famílias chegassem a “concluir” que seus filhos ou parentes estavam envolvidos no conflito armado que ficou conhecido como Guerrilha do Araguaia. Alguns destes indícios eram as cartas que os guerrilheiros enviavam a suas famílias, cartas nem sempre muito claras, mas que puderam ser interpretadas com o auxílio de algumas publicações de periódicos alternativos que noticiaram posteriormente o conflito.³ Todavia, não havia a comprovação do final da Guerrilha, tampouco do destino que tiveram seus combatentes.

A Anistia

Com o clima em favor da redemocratização política, que teve seu início marcado com a Anistia, em 1979, muitas famílias tiveram a “certeza” de que seus filhos não iriam retornar do exílio a exemplo do que acontecia com muitos cassados, banidos e perseguidos políticos. Com o espírito que vigorava em favor de contabilizar e esclarecer os crimes e desaparecimentos cometidos pelo regime repressor do estado ditatorial brasileiro, muitos familiares de desaparecidos, de diversas regiões do país, foram à procura de entidades de Direitos Humanos para que pudessem dar vazão ao sentimento de perda que já os acometia naquele momento. Neste intuito, com os “boatos” da imprensa e depoimentos de sobreviventes sobre os combates e mortes nas selvas do Araguaia, tais familiares, com auxílio de entidades e personalidades civis e eclesiásticas, promoveram a primeira Caravana à região do conflito do Araguaia, em 1980.

A rede de informações que se construiu a partir das reuniões em São Paulo e com as notícias trazidas da Caravana, possibilitou, em grande medida, que a maioria das informações coletadas durante as reuniões e, mais precisamente, com os moradores da região do conflito, ganhasse mais espaço no universo de incertezas que rondavam o episódio da Guerrilha. A

³ *Coojournal* de julho de 1978, *Em Tempo*, n. 60, *Movimento*, de 7 de julho de 1978 e de 5 a 11 de fevereiro de 1979, *Jornal da Tarde*, de São Paulo, de 13 de janeiro de 1979 (caderno dedicado exclusivamente), de 15 a 20 de janeiro e de 23 abril 1979, *Folha de São Paulo*, de 6 março de 1979: p. 5 e 6, de 20 de abril de 1979, p. 6, de 27 de maio 1979, p. 7 e 14, e *O Estado de S. Paulo*, de 13 de dezembro de 1978, p.7 e 15 março 1979. In: Primeira Petição Judicial dos Familiares dos Desaparecidos do Araguaia.

correspondência mantida por Ermelinda Mazzaferro Bronca, mãe do desaparecido José Huberto Bronca, com outros familiares de desaparecidos permitiram que se vislumbrasse como agia tal rede de informações estabelecidas, principalmente, pelas mães dos desaparecidos do Araguaia. Desse modo, tal correspondência mostra-se uma rica fonte para análise deste universo feminino e dos sentimentos acometidos pela dor da perda de um filho, aqui enfocados.

A correspondência entre indivíduos é extremamente rica para o pesquisador, na medida em que evidencia registros mais subjetivos de relações sociais múltiplas, sugerindo comprometimentos, compartilhamento de idéias, opiniões, angústias e a troca de favores. O emissor e o receptor tecem um universo complexo de sociabilidade, uma rede de significados e imagens de grande subjetividade e que merece ser analisada pela possibilidade de recompor outros aspectos, menos formais, de uma realidade.⁴

A troca de correspondência ocupou um espaço privilegiado para muitos membros deste grupo. Sob esta perspectiva, esta troca possibilitou muito mais do que o simples fato de enviar e responder de cartas. Deste modo, a correspondência:

Implica uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê – sujeitos que se revezam, ocupando os mesmos papéis através do tempo. Escrever cartas é assim ‘dar-se a ver’, é mostrar-se ao destinatário, que está ao mesmo tempo sendo ‘visto’ pelo remetente, o que permite um *tête-à-tête*, uma forma de presença (física, inclusive) muito especial.⁵

Neste caso em particular, analisada a correspondência pessoal de Ermelinda, foi evidente o compartilhamento das angústias com diversos agentes do episódio da Guerrilha, entre os quais, mães de desaparecidos, o advogado dos familiares, além de guerrilheiros e dirigentes do Partido que se aproximaram e se compadeceram da dor e sofrimento vividos por Ermelinda. Trabalharemos apenas alguns trechos destas cartas. Ao analisá-los, percebemos ainda que tal prática serviu, sobretudo, como uma válvula de escape da dor e da experiência⁶

⁴ POSSAS, Lídia M. Vianna. Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado (1932-38) In: GOMES, Ângela de Castro (org). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. Pág. 257-8.

⁵ GOMES, Ângela de Castro (org). Escrita de si, escrita da história. In: A título de prólogo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. Pág. 19.

⁶ A utilização do conceito de experiência é um tanto controversa e requer problematização. A corrente de estudos feministas é um dos ramos de estudo que mais explorou o conceito. A experiência já foi interpretada de diversas

destas mães diante da tragédia do desaparecimento de um filho.

Cartas de Ermelinda: memórias guardadas

As cartas, segundo o depoimento de Maria Helena Mazzaferro Bronca, filha de Ermelinda, davam uma grande satisfação a Ermelinda, que as lia e as relia muitas vezes, e “tratava de guardá-las carinhosamente em cada envelope postado”. Era a filha, Maria Helena Mazzaferro Bronca, quem materializava no papel o que a voz firme e esperançosa de Ermelinda ditava. Helena, embora trabalhasse como médica gineco-obstetrícia, dedicou-se durante muito tempo, quase exclusivamente, aos anseios da mãe, principalmente após o falecimento do patriarca da família, Huberto Átteo Bronca, em 1970. Maria Helena foi protagonista do sofrimento de Ermelinda, com quem participou, como seus dois irmãos, de muitas reuniões, homenagens e depoimentos prestados a diversas entidades em defesa dos Direitos Humanos. Assim, Maria Helena, na condição de irmã de desaparecido político, tornou-se também uma coadjuvante da incessante busca da mãe à procura de José Huberto Bronca, o “Zé”. O desvelo com que Maria Helena se envolveu com a correspondência da mãe, coincide com a reflexão de Ângela de Castro Gomes (2004): “A correspondência merece ser guardada e lembrada, aquele a quem se destina a carta é o que cuida do arquivamento, é o proprietário.”⁷ Foi dessa forma que a filha, como depositária do acervo e da correspondência de Ermelinda, transcreveu as palavras ditadas pela mãe em respostas às cartas, algumas sem data, como esta reproduzida abaixo, para o guerrilheiro sobrevivente José Genoino Neto.

Prezado José Genoino

Recebi tua cartinha e já devia ter respondido mas só não o fiz porque estive muito doente e fiz vários exames médicos e radiológicos. Já estou em fase de

maneiras, sendo influenciada por diferentes escolas de pensamento e também por teóricas em particular. Primeiramente, as feministas tentavam promover a consciência feminista ao valorizar as narrações das “experiências de mulheres” em oposição aos pontos de vista narrados pelo masculino. Mais tarde, algumas feministas, como Donna Haraway, Sandra Harding, e, sobretudo Joan Scott, entre outras, passaram a encontrar problemas no conceito, ao apontar que recorrer à experiência é arriscado, pois há a possibilidade de “naturalizar as categorias ideologicamente condicionadas que estruturam as experiências do eu e do mundo”. Outras feministas, no entanto, continuaram a basear seus escritos, com sucesso, na experiência, como Gloria Anzaldúa, bell hooks e Michele Cliff. Shari Stone-Mediatore, ao recorrer à análise de Chandra Mohanty dos escritos de “Mujeres del tercer mundo”, defende que é possível, sim, utilizar a categoria da experiência e, ao mesmo tempo, evitar a naturalização de tal conceito, ainda considerando-o a partir de práticas culturais locais, conjuntamente com relações econômicas e políticas organizadas globalmente. STONE-MEDIATORE, Shari. Chandra Mohanty y la revalorización de la “experiencia”. *Revista Hiparria*, v.10, n.1, 1999. Pág. 85-87.

⁷ GOMES, Ângela de Castro (org). Escrita de si, escrita da história. In: A título de prólogo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. Pág. 19.

recuperação e só agora tive disposição para te escrever. Também eu relembro com muita saudade os dias que passaste aqui conosco como membro de nossa família. Espero rever-te em breve. Quanto à caravana as notícias que tivemos foram por intermédio da revista Isto é. Fiquei com uma pontinha de esperança porque apareceram pessoas de quem não se tinha conhecimento que estavam vivas. Li, também, nos jornais daqui, as declarações em Salvador, do João Amazonas. Foi uma grande surpresa saber que também ele está aqui no nosso país. Espero ansiosamente o resultado desta interpelação que só depende da volta da caravana. Segundo notícias tuas porque a D. Cyrene ainda não me escreveu. Agradeço as palavras carinhosas com que te referiste ao Zé. Isto prova que ele era estimado pelos companheiros, o que me conforta muito.

[...]

Ermelinda.

[...]

As reuniões do grupo de familiares dos desaparecidos do Araguaia ocorridas em São Paulo deram a Ermelinda um novo fôlego para viver e alentar sua perseverança de enterrar os restos mortais do filho “Zé”. Suas atividades sociais se modificaram intensamente em razão das informações obtidas nos contatos feitos com o grupo de familiares. Assim, Ermelinda usou, assim como muitos familiares, e de maneira consciente, parte dos recursos que tinha para ajudar a custear as despesas do grupo, tais como honorários com advogado, viagens, impressos e outras que surgiram eventualmente. Com esta percepção e determinação, não lhe custou pagar as passagens de José Genoíno a Porto Alegre durante a visita a sua casa. Foi a oportunidade criada para ouvir de alguém que, supostamente, teria convivido com o “Zé” como era a vida na região e a luta empreendida pelo filho.

Ermelinda, Cyrene, Helena: três mães, um só objetivo

Mesmo diante da angústia vivida pelas diversas famílias dos desaparecidos do Araguaia, foi possível a elas firmar laços de afetividade que se fortaleceram na dor e na procura daquilo que lhes era mais caro: notícias do(a)s filho(a)s e das conseqüências de suas mortes, bem como o acesso aos seus restos mortais para lhes dar enterro digno. Foi também uma questão de afinidade pessoal com muitas mães e familiares que Ermelinda conheceu, no decorrer das inúmeras reuniões das quais participou, Cyrene Moroni Barroso, mãe da desaparecida Jana Moroni Barroso, a *Cristina* no Araguaia, e Helena Pereira dos Santos, mãe de Miguel Pereira dos Santos, o *Cazuza* no Araguaia, outras mães com que Ermelinda pôde, durante muitos anos, compartilhar a dor e o sofrimento que a ausência de informação sobre o

filho lhe trouxera. Percebe-se a intimidade e a proximidade como se tratavam estas mulheres, dimensionando o universo evidenciado através de sua correspondência. “A carta pessoal ‘diz’ que o segredo existe, explicitando seus limites, ou faz crer que ele não existe e que a confissão é plena”⁸.

Ermelinda trocou correspondência com Cyrene, ainda que espaçadamente, durante mais dois anos, pois Cyrene Moroni, apesar de bem mais jovem que ela, faleceu rapidamente de causas naturais. As três cartas guardadas por Ermelinda nos permitem perceber a dimensão do sentimento que as manteve unidas durante este curto tempo.

Nestas cartas, os principais assuntos abordados eram o andamento do processo judicial e a permanente procura por notícias que agregassem ao referido processo mais elementos comprovativos da presença dos militantes na região do Araguaia. Era necessário contar com depoimentos e provas materiais para serem arrolados ao processo. Todo o esforço foi feito na busca de tais indícios que pudessem chamar a atenção da sociedade e elucidar as questões mais candentes, como nos evidencia a seguinte carta, a primeira aqui analisada, escrita por Cyrene e endereçada a Ermelinda, de setembro de 1982.

Petrópolis, 1º de setembro de 1982.

Estimada D. Ermelinda:

Recebi sua carta de 3/8 p.p, mas, devido ao trabalho que tive com o meu filho Breno que apanhou uma hepatite quando excursionava com o seu grupo pelo Nordeste, fiquei impossibilitada de responder imediatamente. Fiquei contente em saber da homenagem que foi feita aí na Assembléia para os nossos heróis e do cordel do xirú. Agradeço a cópia. O nosso processo pelo visto está parado. Eu nem acredito que o Luis Eduardo dê andamento antes das eleições, além dos muitos processos que estão em suas mãos, como a senhora deve estar informada, a situação piorou muito para o nosso lado. Por causa da Revista que foi apreendida e proibida sua circulação. Além do fato ocorrido em Salvador, houve cerco e procura na Tribuna Operária do Rio e São Paulo pela Polícia Federal. Caso a senhora ainda não tenha conseguido obter a Revista, sugiro que a senhora fale com alguém daí da sucursal da Tribuna Operária, talvez consigam arranjar. aguardo suas notícias, caso seja possível tentarei arranjar um exemplar para a senhora. É preciso ter muito cuidado, agora, a situação ficou difícil e até certo ponto perigosa para nós.

A esperança esteve sempre presente nos pedidos e considerações que as duas faziam, sobretudo nas passagens de Ano Novo. Assim, o compartilhamento de objetos e fotos dos

⁸ Idem, pág. 21.

filhos era uma espécie de relíquia que ambas se permitiram presentear. Um exemplo foi um cartão de natal feito por Jana, a filha desaparecida de Cyrene, para a mãe, com que ela, Cyrene, presenteou por carinho a amiga do Rio Grande do Sul.

Estimada D. Ermelinda:

Este singelo cartão com a árvore de Natal possui um grande significado para mim; ele foi feito pela Jana, no seu último natal aqui conosco (1970). Agora, para mim, a imagem é outra – estas estrelinhas são nossos meninos no meio da mata. Petrópolis 18/12/80. Que sintamos o verdadeiro Natal de Cristo em nossos corações.

Um abraço de Cyrene

João 3:16

Na troca de experiências e informações a respeito dos movimentos que ambas faziam em busca de seus filhos, é provável que tenha havido um fluxo maior de cartas entre elas, além do que Ermelinda conseguiu guardar. Entre esta última carta referida e a resposta de Ermelinda, que abordaremos a seguir, consta um espaço significativo de tempo, de mais de dois meses, fato ao qual se referiu a própria autora.

Porto Alegre, 16 de abril de 1983.

Prezada amiga D. Cyrene,

É com grande satisfação que estou lhe escrevendo após um silêncio de quase dois meses. Espero que esta a encontre bem de saúde assim como a todos seus familiares. Tenho boas notícias para lhe dar, os folhetos que recebi foram entregues a pessoas selecionadas e representativas e a divulgação foi superior à minha expectativa. Furneci, em 1º lugar, a vários setores dos direitos humanos. Furneci também ao advogado que trata dos direitos dos índios (FUNAI) pois moramos na mesma rua por uma feliz coincidência. Ele e a esposa são pessoas muito cultas e encantadoras; muito bem relacionadas e me apoiaram muito neste trabalho. Distribuí também a todas as bancadas opositoras da Assembléia Legislativa e a advogados que tem militância política e que são meus amigos particulares, visto que foram amigos de infância de meus filhos.

Mas, vou descrever-lhe a solenidade realizada na Assembléia Legislativa no dia 25 de março. A Marisa Haas veio a Porto Alegre e hospedou-se em minha casa, para poder participar deste ato público. Nesta data, sob a presidência do Deputado Antenor Ferrari, reuniu-se a Comissão dos Direitos Humanos do Cone Sul. Estavam presentes, além das mães gaúchas, as representantes das mães da Praça de Mayo e de mães uruguaias. Fomos, a Marisa e eu, convidadas a participar da mesa de trabalhos ao lado de outras mães de desaparecidos. (...) Estou sempre à disposição para divulgar tudo o que for do nosso interesse. Maria Helena e eu lhe enviamos um abraço muito carinhoso.

Ermelinda.

Essa é, infelizmente, a única cópia-rascunho guardada por Maria Helena Mazzaferro Bronca de uma carta enviada por Ermelinda à amiga Cyrene. Ela possibilitou confirmar o importante papel da rede de informações destes familiares mediante informações das lutas empreendidas por estas mães em distintas regiões em que viviam.

Helena Santos

A partir do final de mês dezembro de 1983, no acervo particular de Ermelinda Bronca, não consta nenhuma carta recebida ou enviada para Cyrene. Neste período, porém, há um grande volume de periódicos emitidos pelo Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM/SP), além de considerável volume de correspondência entre Ermelinda e Helena Santos. Há também que se mencionar a perceptível aproximação de dirigentes comunistas nacionais, como João Amazonas e Elza Monerat, e também estaduais, que enviaram algumas cartas e cartões de Natal para Ermelinda. Todavia, a partir deste período, a correspondência mais sistemática e significativa, embora com meses de interrupções, foi de Helena Santos, presidente do grupo GTNM/SP.

As cartas de Helena à Ermelinda têm datas entre janeiro de 1984 e novembro de 1987. A primeira carta de D. Helena é datada de 27 de janeiro de 1984. Destaca a divulgação de um panfleto, por ocasião das festividades de aniversário da metrópole paulistana, que exigia do Estado o esclarecimento das circunstâncias que culminaram com o desaparecimento de, até aquele momento, 144 brasileiros durante os anos do regime militar. A segunda, carta é de 11 de outubro de 1984, quase um bilhete, em que a remetente informa sobre os encaminhamentos legais do processo impetrado pelo grupo de familiares dos desaparecidos do Araguaia, como se poder observar a seguir.

São Paulo 27-1-84

Sra. Hermelinda,

Estou lhe enviando este panfleto, para que a sra participe também, do nosso esforço aqui empregado em função dos nossos entes queridos, aproveitamos o aniversário da cidade de São Paulo, saímos em passeata do L. de São Francisco até a Praça da Sé com, faixas e fotos, exigindo esclarecimentos dos 144 políticos desaparecidos, se não deu noticiário em jornais, pelo menos fomos bastante aplaudidos em todo trajeto e notamos a boa vontade de pessoas a se juntar a nós, interessando-se pelos panfletos, apesar de tudo, acho que é mais uma luta válida, por isso, passo ao seu conhecimento tudo o que faremos em favor da memória de todos eles. Até breve se Deus quiser,

tão logo seja marcada a nossa audiência a sra. será avisada.
Adeus e abraços meus, da amiga Helena Santos.

São Paulo 11-10-84

Estimada D. Ermelinda,

Estou aproveitando minha vizinha, a Édila, que em viagem a Porto Alegre, se dispôs lhe fazer uma visita e conversar sobre as novidades, que são poucas, o que eu poderia lhe adiantar, a D. Cyrene já lhe fez ciente, sobre o nosso caso, o Dr. Luiz, ainda não tem nada marcado, na próxima semana irei pessoalmente no seu Escritório, fique certa, que a sra será avisada tão logo eu tenha alguma notícia. Da próxima vez serei mais extensa, abordando os detalhes do conteúdo de sua carta.

Com meu carinhoso abraço extensivo a sua filha da sempre amiga
Helena Pereira dos Santos

Já a terceira carta, datada de 11 de setembro de 1985, teve como objetivo informar a Ermelinda sobre a carta encaminhada pelo grupo de familiares de desaparecidos a Lucy Montoro, na época primeira dama do Estado de São Paulo, e a Marly Sarney, naquele período primeira dama do país, além da aparente contribuição da imprensa para a elucidação da questão dos desaparecidos.

São Paulo 11-9-85

Prezada Dona Ermelinda

Faço chegar a suas mãos uma cópia da carta que endereçamos a Dona Marly Sarney. De uma audiência que tivemos com Dona Lucy Montoro, ela sugeriu que a fizéssemos, que nesta próxima quarta-feira, ela estaria em Brasília e entregava com todo prazer, não íamos perder esta tão grande, oportunidade; Tentamos de toda forma até chegar ao nosso objetivo tão sonhado. Soube que a sra. estará em Brasília, na próxima audiência, isso é um bom sinal, quem sabe com sua presença, bons ventos nos soprem? Os jornalistas, do São Paulo, me falaram que lhe enviaram uns jornais, pois eu já havia falado, se eles tivessem essa possibilidade seria muito bom. Qualquer outra coisa pode dispor de nós que aqui estamos para lhe servir.

Abraços meus extensivos a sua filha

Helena Santos

Ao final desta terceira carta, percebemos a disponibilidade e atenção especial dispensada por Helena a Ermelinda. Tal tratamento se impôs como forma de respeito e admiração pela luta e lucidez - característica marcante citada nas cartas e relatos daqueles que a conheceram – de uma mãe angustiada, mas perseverante, o que encontramos presente também no texto a seguir.

São Paulo 30-6-86

Dna. Ermelinda amiga

Mesmo com um certo atraso, não poderia deixar de lhe transmitir do pouco que acontece em relação a nossos trabalhos, para que a nossa luta não fique no esquecimento. Como sempre no mês de Maio, se comemora a semana dos desaparecidos políticos. Por certo a sra. Recebeu uma carta convite, para essas comemorações, que foi enviada pelo Clamor, onde todas nós colaboramos em conjunto, organizando toda programação, e o envio de cartas para todos os familiares, mesmo os mais longínquos. Quero passar a suas mãos todo o resultado deste movimento: primeiro para o dia das mães, nos preparamos para o dia da entrevista na televisão que por motivo de mal entendido de horário, perdemos a gravação: é o que segue, tudo o que eu pretendia falar: para que não se perdesse, foi publicado no jornal “O São Paulo”,⁹ do dia 18 a 21, houve um debate na Câmara de Vereadores, um belo encontro com os estudantes na PUC, com encerramento de uma missa na Catedral muito bonita; das escadarias os mesmos estudantes, nos fotografaram: Conseguimos passar um filme na PUC, “pela Lei de Segurança Nacional”, que despertou grande admiração aos jovens que não tomaram conhecimento do que foram os anos de repressão no nosso país. Este encontro com eles foi muito válido, pois os mesmos se ofereceram para toda e qualquer manifestação contarmos com eles, foi muito bonito o que eles fizeram por nós, o caso Araguaia despertou neles muita curiosidade e interesse para elucidar os fatos acontecidos, contamos com a presença do Genoio, do Luiz Eduardo e do deputado Jose Gregori, todos falaram muito bem em especial o Genuíno. Agora temos a esperança de conseguirmos através da Dna. Lucy Montoro, uma entrevista com o Sarney para o próximo mês de agosto estamos torcendo para que tudo dê certo. Como está não dá, não repare a maneira como lhe estou escrevendo é quase uma falta de minha parte, lhe mandar esta tão rabiscada, mas é para aproveitar uma oportunidade, estou tão cheia de afazeres perdoe-me na próxima vou caprichar mais. Um beijo da amiga Helena

Tchau! Até a próxima

⁹Jornal *O São Paulo* com o título *As dores das mães de desaparecidos*. Neste depoimento, D. Helena explicitou: “como mãe, acho que nesse mês se a aviva a saudade do filho ausente, a cada dia que passa, se renova a esperança de sua volta e, ao mesmo tempo, o desespero de não ter qualquer notícia. Essa espera e busca interminável não é só minha, tenha certeza, é de todas as que, como eu, tiveram seus filhos desaparecidos durante os anos de ditadura e também de todas as mães deste País que sentem como sua a nossa dor, de todos os familiares e companheiros de luta que não descansam enquanto não virem esclarecido o destino de seus entes queridos. Meu filho, Miguel, um dos desaparecidos no Araguaia, era jovem e, como os demais, qualificado e estimado pelo povo da região. Isso está comprovado. Quando viajamos em caravana para o Araguaia em busca da verdade sobre o paradeiro de nossos filhos, fomos recebidos com emoção e muito carinho pelos moradores que com eles conviveram. Estamos com um processo em Brasília, na 1ª Vara da Justiça Federal, o qual se arrasta desde 1979. Em outubro de 1985, estivemos lá para a última audiência de instrução. Falamos com o ministro da Justiça, Dr. Fernando Lira, a quem informamos sobre o andamento do processo, e ele se comprometeu de acompanhar o caso. Naquela ocasião, contamos-lhe que, em agosto de 1984, fomos recebidos em Brasília pelo então candidato a presidente Tancredo Neves e dele obtivemos a promessa de que, se eleito, cuidaria dessa questão com carinho. E nos disse: “Isso representa uma mancha negra para a Nação”. Então quero pedir ao presidente Sarney que tome providências para o esclarecimento do destino dos nossos desaparecidos políticos. O que fizeram de nossos filhos? Os que foram presos onde se encontram? Os mortos, onde os sepultaram e quais as circunstâncias de sua morte? Irmanadas na mesma dor e na luta das mães da Praça de Maio, da Argentina, renovamos nossas esperanças de que o mais breve possível possamos conhecer o destino e o paradeiro de nossos filhos e ver punidos os seus algozes”. Helena Santos. Datado – à mão – em 23/06/86.

Helena Santos, perseverantemente, modificou sua estratégia para fazer chegar suas súplicas até o Presidente da República. Primeiro, iria encontrar-se com Lucy Montoro, da qual esperava, por sua sensibilidade de mulher e, principalmente de mãe, interferência junto ao marido. Assim, o artifício utilizado pelos familiares dos desaparecidos políticos foi traçado de uma maneira estratégica do gênero¹⁰: começando com D. Lucy, esperavam chegar ao governador do estado, depois à Sra. Sarney, que, os levaria ao presidente Sarney. Portanto, a idéia era sensibilizar as mulheres, também mães. Houve, por parte delas, a percepção de se apegar a uma das principais características do gênero¹¹ – o amor de uma mãe por um filho¹² – conseguindo das primeiras-damas, antes dos maridos políticos, a compreensão da dimensão do sofrimento em que viviam as mães e familiares dos desaparecidos.

São Paulo 11-6-87

Minha cara amiga D. Ermelinda

Há vários dias, venho pensando, por estar em falta com a sra, foi realizado aqui em S. Paulo dia 29, último, o lançamento do grupo Tortura Nunca Mais, foi muito válido pra nós, pela divulgação que houve, pela Televisão, Canal II, Canal 9, Canal 2, e no Bom Dia S. Paulo, todas entrevistas com o Luiz Eduardo, e alguns familiares, houve uma entrevista coletiva com toda imprensa, mas quase nada saiu apenas estas notas, que estou lhe enviando. Daqui pra frente é que nossa missão vai ser muito árdua, pelo desinteresse de muitos dos familiares, estamos solicitando de todos, que nos enviem um dossiê, de cada um dos desaparecidos, é o que fico aguardando de sua parte, por gentileza, nos mande o quanto antes; o Dr. Luiz, quer organizar um grupo de familiares, para irmos a Brasília, na sua companhia, para fazer entrega ao Ministro da Justiça, para que o CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – se manifeste no nosso caso. Aqui fico aguardando sua atenção.

Obrigada da amiga Helena.

A carta acima – a quinta e última trocada por Ermelinda e Helena, datada de 11 de junho de 1987 - trouxe, a exemplo das demais, as novidades do grupo e também os novos

¹⁰ Luc Capdevila, historiador francês, faz uma análise sobre como o gênero foi utilizado em contextos de resistência frente à governos ditatoriais como os da França sob o domínio de Vicky, da Alemanha nazista, da Argentina e da Bolívia entre os anos 1970 e 1980.¹⁰ CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. France- Allemagne-Bolivie-Argentine. Deuxième Guerre mondiale – annés 1970-1980. Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest. Tome 108, n.2, 2001. Rennes: Press Univeritaire de Rennes, pp. 103-128

¹¹Gênero é uma categoria concebida nos anos 80 pela corrente feminista, que passou a enxergar as diferenças entre homens e mulheres não mais como de acordo com o sexo biológico, mas com o cultural. Mesmo fazendo essa diferença entre o sexo e o gênero, ainda existe correlação (normativa e construída culturalmente, portanto nunca essencial) entre os dois, fenômeno identificado por Gayle Rubin e denominado “sistema sexo-gênero”. RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife, SOS Corpo, 1993.

¹²BADINTER, Elizabeth. Um amor conquistado: O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

desafios a serem enfrentados pelo grupo com a criação do GTNM/SP do qual Ermelinda tornou-se sócia desde a fundação. O grupo, então recém-fundado, tinha como principal desafio integrar familiares que, por descaso do Estado, se encontravam desvinculados do núcleo central do grupo então criado. Os anseios de Helena nos pareceram renovados com a criação de uma entidade legalmente constituída e com poder de reivindicação legal perante os três poderes, a sociedade, e a imprensa.

A procura permanente de Ermelinda pelo corpo do filho, só teve fim com a sua morte em 10 de dezembro de 2003, aos 97 anos de idade. Durante todo esse tempo, mais de 20 anos, ela depositou sua esperança em, praticamente, todos os políticos que assumiram a presidência da República. Deles obteve muitas promessas e, enfim, recebeu de Fernando Henrique Cardoso, em 1996, em solenidade histórica no Palácio do Planalto, por ocasião do lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos, uma “reparação” do Estado, tornando-se o primeiro membro familiar no Brasil a receber do governo federal uma indenização pelo desaparecimento de seu filho, morto pela Ditadura, esta quantia doada integralmente para o GTNM/SP. Depois disso, recebeu do governador Olívio Dutra a comenda máxima do Estado do Rio Grande do Sul, a Negrinho do Pastoreio. Viveu o suficiente para ver o nome do filho virar nome de rua no Rio de Janeiro e no Bairro Sarandi, em Porto Alegre, Viveu também para ver Lula se tornar presidente e renovar, em vão, suas esperanças em ver esclarecidos os fatos obscuros envolvendo o desaparecimento de seu filho – e dos outros – na Guerrilha do Araguaia.

Referências

ARNS, D. Paulo Evaristo. Brasil Nunca Mais : O perfil dos atingidos. São Paulo: Vozes, 1985.

ARNS, D. Paulo Evaristo. O perfil os atingidos. São Paulo: vozes, 1985.

BADINTER, Elizabeth. Um amor conquistado: O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade – Lembrança de velhos. São Paulo. T.A. Queiroz/ Edusp, 1987.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas. Goiânia:

Editora da UFG, 1997.

GOMES, Ângela de Castro (org). Escrita de si, escrita da história. In: A título de prólogo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. France- Allemagne-Bolivie-Argentine. Deuxième Guerre mondiale – annés 1970-1980. Annales de Bretagne et des l'Ouest. Tome 108, n.2, 2001. Rennes: Press Univeritaire de Rennes, pp. 103-128

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife, SOS Corpo, 1993.

POLLAK, MICHAEL. Memórias, Esquecimento, Silencio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

SCHIMDT, Benito Bisso. Grafia da Vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. História - Unisinos. São Leopoldo: Unisinos, v.8 , n.10. p.131-142. 2004

STONE-MEDIATORE, Shari. Chandra Mohanty y la revalorización de la “experiência”. Revista Hiparpia, v.10, n.1, 1999. Pág. 85-110.

TELES, Janaína (Org.). Mortos e Desaparecidos políticos – reparação ou impunidade. São Paulo: Ed. USP, 2001.